

## REFLEXOS EM UM ESPELHO DE ÉBANO: A AUTOBIOGRAFIA AFRO-AMERICANA FEMININA DURANTE O MOVIMENTO PELOS DIREITOS CIVIS

Cláudia Maria Fernandes Corrêa \*

**Resumo:** Neste artigo apresentaremos reflexões acerca do percurso da narrativa autobiográfica feminina afro-americana durante o Movimento pelos Direitos Civis como uma estratégia de testemunho, intervenção na estrutura social além de instrumento para a reversão dos estereótipos, tendo como objetivo a (re)construção identitária das mulheres afro-americanas.

**Palavras-chave:** Autobiografia. Mulheres negras. Movimento pelos direitos civis. Identidade.

### REFLECTIONS IN AN EBONY MIRROR: A FEMALE AFRO-AMERICAN AUTOBIOGRAPHY DURING THE CIVIL RIGHTS MOVEMENT

**Abstract:** The objective of this study was to present reflections on the trajectory of the female Afro-American autobiographical narrative during the Civil Rights Movement, as a strategy of testimony, intervention in the social structure as well as an instrument for the reversion of stereotypes, aiming at (re)constructing the identity of Afro-American women.

**Keywords:** Autobiography. Black women. Civil rights movement. Identity.

*O silêncio mordido  
rebela e revela  
nossos ais*  
Conceição Evaristo

#### (I)

Ao término da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos ganharam o título de país mais rico do mundo. As mudanças foram inúmeras, principalmente na economia que passou a ser controlada por corporações que remodelaram o cenário político, realinhando a ordem econômica, o que permitiu ao país alcançar mercados novos mediante investimentos estrangeiros.

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 250% entre 1945 e 1960, elevando as taxas de emprego e reduzindo a inflação, mas mesmo com esse cenário promissor, o sonho americano tornara-se realidade apenas para os brancos, uma vez que os afro-americanos não tinham acesso aos frutos da expansão econômica estadunidense, como apontado por Purdy (2008).

O crescimento na economia foi inegável. Contudo, para a grande maioria dos negros, ele não aconteceu. A distribuição de renda não havia mudado: os mais ricos ainda controlavam 45% dos bens enquanto os mais pobres, isto é, os índios, idosos, trabalhadores rurais, latinos e afro-americanos, controlavam apenas 5% da renda.

É interessante notar que já naquele momento havia mulheres casadas que trabalhavam fora, desmistificando a ideia do provento centrado nos salários dos homens chefes de família e, por conseguinte, a luta das mulheres pela conquista de outros espaços repercutiu diretamente na organização da sociedade. O controle de natalidade passou a ser de suma importância, aumentando o uso de contraceptivos, o número de abortos e as mudanças nas atitudes referentes ao sexo gerando, em contrapartida, maior pressão por mudanças nas leis que regulavam tanto a reprodução quanto a sexualidade.

No ensejo, inúmeras associações de afro-americanos foram fundadas baseadas no ideário de liberdade, prosperidade e democracia da América branca e se articularam para sedimentar as bases para o Movimento pelos Direitos Civis. Isso não significa que o movimento era inexistente antes das décadas de 1950 e 1960. Pelo contrário, desde a captura na África, os escravos empreenderam revoltas e rebeliões como forma de protesto e repúdio ao processo de escravização. As associações ganharam o *status* de Movimento devido sua organização com a criação de diretórios, bases e lideranças com uma estrutura hierárquica definida.

A estratégia de resistência pacífica advogada pelo Dr. Martin Luther King Junior<sup>1</sup>, fundador da Conferência de Liderança Cristã em 1957, é fruto de uma releitura das ideias do líder indiano Mahatma Gandhi sobre a resistência pacífica, bem como a desobediência civil nos moldes propostos por Henry Thoreau<sup>2</sup>, o que serviu para imprimir ao Movimento uma política de natureza moral e religiosa, por meio do apelo a valores como liberdade e justiça social.

Os ativistas também mantiveram a base da tradição intelectual negra, a educação. O acesso de alguns negros ao ensino superior nos Estados Unidos da América aumentou e, concomitantemente, a participação social cresceu, possibilitando o acesso ao mercado de consumo.

A educação superior passou a ser uma *commodity* que foi convertida em poder, visto que o conhecimento traz a capacidade de reflexão sobre os contrastes de natureza social. A partir desse cenário de luta de classes, derivado das contradições sociais e econômicas, surgiu, ao lado da resistência pacífica, a revolta violenta que teve como representantes o grupo radical Panteras Negras<sup>3</sup> e Malcolm X<sup>4</sup>, que defendia a criação da Nação do Islã na América, a violência como autodefesa e o nacionalismo negro.

Nas décadas de 1950 a 1970, os afrodescendentes começaram a questionar

sua identidade: negro, americano ou afro-americano? Cada escolha implicaria ofuscar outras identidades: considerar-se apenas negro significaria renegar a América; ser americano apagaria, de certo modo, a herança cultural africana, e ser afro-americano era o mesmo que habitar no limiar de duas definições que cortavam e separavam duas almas presas num só corpo.

Dado o cenário e a instabilidade dos anos de 1950-1960, a literatura afro-americana retomou com mais intensidade sua base que consistia no protesto e na denúncia por meio da prosa, ficção, poesia e, primordialmente, pela autobiografia.

## (II)

Paralelamente e não dissociado do Movimento pelos Direitos Civis havia o Movimento Feminista, porém, dentro do Movimento Feminista, as mulheres afro-americanas notaram que sua luta divergia daquela das mulheres brancas, posto que as mulheres afro-americanas possuem uma dupla marca de discriminação social: são mulheres e são negras. Esse último fator configura uma ruptura das mulheres negras no interior do Movimento Feminista. Às mulheres negras era mais que necessária a reconstrução de suas identidades.

A escrita feminina negra, nesse contexto, foi um dos instrumentos usados para encontrar a própria voz e se fazer ouvir. Dito de outra forma, para as mulheres afro-americanas:

[T]anto no sentido metafórico quanto literal, o discurso e a linguagem tornaram-se instrumentos de liberação na vida Afro-Americana, e o encantamento da palavra e seu poder transformador deram sustentação e esperança aos Afro-Americanos. (CUDJOE, 1990, p. 282).

As escritoras negras, nas narrativas autobiográficas, reafirmaram o valor dos elementos compositivos da cultura africana, agora rearticulada na América do Norte: a oralidade, as histórias, os mitos, as lendas, a religiosidade e a ancestralidade, formando um elo com o passado e reafirmando sua continuidade no presente na diáspora e na (re)construção de suas identidades. Ainda que as autobiografias negras femininas sejam uma resposta às pressões externas, elas são dirigidas também tanto ao público negro quanto branco.

De forma peculiar, as autobiografias negras femininas assumem duas dimensões importantes: a individual e a coletiva. A primeira permite interpretar a vida pessoal do sujeito; a segunda, de ordem coletiva, possibilita que sua própria vida seja renovada mediante a leitura e interpretação dos diferentes sujeitos que, unidos, compõem a experiência negra na América do Norte.

Se a autobiografia tem uma dimensão “transformativa e visionária”, a autobiografia negra feminina pode ser descrita como um ato de responsabilidade de escritoras negras dispostas a “correr riscos que podem ajudar a mudar a forma do gênero autobiográfico” e, ao mesmo tempo, transformar as “relações de poder na sociedade” (LIONNET, 1992, p. 322).

O discurso da autobiografia envolve um testemunho que é, “via de regra, [...] fruto da contemplação: a testemunha é sempre testemunha *ocular*” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 82). Esta testemunha procura estabelecer uma ponte entre o “eu” do presente e o “eu” dentro dele e, deste diálogo, constituir-se-ão as identidades. A memória da narrativa autobiográfica-testemunhal desenha “cartografias” para a construção identitária, uma vez que:

O testemunho [...] apresenta uma outra voz, um ‘canto (ou lamento) paralelo’, que se junta à disciplina histórica no seu trabalho de colher os traços do passado [...] A sua tese central afirma a necessidade de se partir de um determinado *presente* [...] a memória é concebida como um local de construção de uma cartografia. (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 90).

Narrar a própria história propicia ao indivíduo a possibilidade de comunicar às pessoas suas impressões acerca do mundo em que vive, além da oportunidade de explorar suas experiências por outra perspectiva.

Ao olharmos para o passado, principalmente para o início do Movimento pela libertação dos escravos, os abolicionistas eram, em sua maioria, homens negros que, após fugirem da escravidão no Sul dos Estados Unidos, relatavam as experiências vividas no cativeiro e sua trajetória rumo à liberdade. Em sua maioria, estas autobiografias foram escritas por homens negros devido ao acesso à educação formal, uma vez que muitos senhores ensinavam seus escravos a ler para a administração das fazendas.

Algumas mulheres ex-escravas, mesmo naquele período, já haviam escrito narrativas autobiográficas na época da abolição e em períodos subsequentes.

Entretanto, o acesso dessas mulheres à educação era restrito. Ainda que a escravização formal tivesse acabado e que as comunidades negras investissem no estabelecimento e construção de escolas, a educação formal ainda era privilégio reservado aos homens.

No século XVIII já havia registros de mulheres que relataram suas experiências de vida na sociedade escravocrata. É o caso da obra *Belinda, or the Cruelty of Men Whose Faces Were Like the Moon* (1787) e *Incidents in the Life of a Slave Girl* (1861) de Harriet Jacobs (pseudônimo de Linda Brent) e *Behind the Scenes: Or, Thirty Years a Slave, and Four years in the White House* (1868) de Elizabeth Keckley. As obras em questão pertencem ao *Bildungsroman* por narrarem os caminhos para a formação e amadurecimento de um indivíduo. Todavia, a lógica deste gênero funciona de forma inversa nas primeiras autobiografias femininas. As mulheres ex-escravas encontraram uma poderosa retórica para intervir na instituição repressiva da escravidão: relatar suas histórias de escravização, autodidatismo e busca por adentrar na sociedade dos cidadãos livres americanos, tornando-se, portanto, testemunhas das circunstâncias de sua degradação física e psicológica dentro do sistema escravocrata.

A tradição autobiográfica afro-americana feminina ganhou relevo na segunda metade do século XX, como sinal da conscientização do povo afro-americano, em particular, das mulheres afro-americanas e também como uma resultante dos Movimentos Feministas e do Movimento pelos Direitos Civis. Neste momento, diversas autobiografias são lançadas, entre elas *I know Why the Caged Bird Sings*<sup>5</sup> (1970) escrita pela afro-americana Maya Angelou. Ao compartilhar a experiência comum da escravidão, as mulheres negras, ao contrário dos homens, viam-se diante das questões de raça e gênero. Mais além, essas mulheres tinham a experiência histórica de serem negras e serem mulheres em uma sociedade específica, em um momento específico, ao longo de diversas gerações, o que sedimentou a base para um discurso distinto dentro do corpo literário afro-americano.

A coerência do discurso autobiográfico entrelaça estruturas de gênero, classe e raça. Mas ele deriva muito mais da tensão entre a condição e o discurso por meio da qual as escritoras negras tentaram representar uma experiência pessoal de sua condição por meio dos discursos disponíveis e em interação com os leitores (FOX-GENOVESE, 1990).

As categorias homem/mulher, branco/negro são apreendidas socialmente,

refletindo o resultado de atos ou formas de reconhecimento. O gênero e a classe transformam o sexo e a raça em barreiras, traduzidas em novas formas de exclusão social. Ou seja, ser mulher e negra, naquele momento, era um impeditivo à ascensão social e conquista de direitos.

Uma análise centrada na autorrepresentação das mulheres afro-americanas no gênero e na classe não exclui a força do racismo e do sexismo que estruturam a experiência destas mulheres; pelo contrário, isso repetirá os mitos que essas escritoras tentam dissipar.

A autobiografia afro-americana feminina requer uma justificativa para a sua existência, o que remete à ideia de classificação, princípios e práticas de leitura que, no caso das escritoras negras, deve considerar as condições contextuais.

O princípio básico que norteia esta classificação é a história e o início da conscientização das mulheres negras e brancas sobre o espaço que ocupam na estrutura social. Essa conscientização surge da percepção e observação que fizeram de suas antecessoras: avós, tias, mães, irmãs e de sua situação de vida. Ao olhar o presente e o futuro que as aguardava, a conclusão era de que o castigo não havia mudado. Durante muito tempo, suas vozes não foram ouvidas e a violação e a degradação a que eram submetidas ainda eram ignoradas: as mulheres afro-americanas eram o “segredo” vergonhoso da sociedade.

A presença feminina afro-americana no campo autobiográfico ainda estava em fase de construção. Todavia, estas mulheres perceberam que a tradição autobiográfica feminina não poderia simplesmente ser inserida nas lacunas deixadas pelos homens. Sua inserção somente seria possível pela redefinição dos termos “mulher” e “negra” na sociedade e, para que isso ocorresse, entre outras estratégias, seria necessária a rememoração, isto é, trazer à tona o passado autobiográfico das mulheres negras, restaurando as palavras ancestrais que estavam soterradas na história, como afirmou Barbara Christian (1990).

De acordo com Cudjoe (1990), o sujeito autobiográfico afro-americano feminino emerge como um membro selecionado entre o grupo para contar a sua história e denunciar a situação de seu grupo, num gesto público no qual o “eu” cede lugar ao “nós”.

Por conseguinte, a autobiografia afro-americana feminina é uma “zona de contato”, para usar um termo de Mary Louis Pratt (1992, p. 4), ou seja, um “local de encontro entre culturas díspares que se chocam e lutam sempre numa relação

assimétrica de dominação e subordinação”, destituindo os afro-americanos dos estereótipos criados e enraizados na sociedade, revestindo-se de uma identidade que lhes reflita e, além disso, exponha a amargura da opressão ao público branco e conquiste a simpatia do público negro ao denunciar a expropriação na sociedade americana, clamando por uma solidariedade ativa.

Contrário aos escritores afro-americanos que, segundo Awkward (1989), seguem o mesmo padrão dos autores ocidentais tradicionais que estabelecem uma competição entre si, as escritoras afro-americanas têm uma relação mais harmoniosa entre si e buscam uma fusão simbólica com suas antecessoras.

Por conseguinte, as autobiografias afro-americanas femininas foram importantes para articular um contradiscurso que permitiu nomear e identificar as relações entre as experiências individuais dessas mulheres e sua relação com as estruturas sociais e as questões sociais decorrentes da história na sociedade americana.

Ao focalizar “momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças”, a autobiografia afro-americana feminina forneceu o “terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva- que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de identidade” (BHABHA, 2005, p. 20).

Esse processo cria uma via alternativa que, no caso, é a narrativa autobiográfica ao fornecer, por meio da escrita, a possibilidade de uma articulação desses sujeitos pertencentes a uma minoria. Por meio dessa articulação, que é também uma estratégia de resistência, os sujeitos iniciam o processo de luta pelo direito de se expressar *a partir de sua* perspectiva e, para as minorias silenciadas, narrar transforma-se em um ato político que forja uma identidade coletiva por meio da história singular dos sujeitos que, em conjunto, tecem um pano de fundo maior: a experiência negra na América.

### **Considerações finais**

Recuperar as raízes, curar feridas, escrever a vida (re)escrevendo a história. As autobiográficas femininas afro-americanas cartografam uma genealogia de perdas, mas igualmente redefinem o sentido de “estar no mundo” para os afro-americanos.

Observa-se que a autobiografia é um ato emancipatório de quebra da coerção, isto é, um rompimento com a identidade atribuída ao “eu” por outros em um processo de autoconstrução em que tanto a memória pessoal quanto coletiva, bem como a narrativa contada, por outros, sobre o “eu” se entrelaçam para que, unidos à perspectiva do “eu” sobre si, seja construída uma versão de si mesmo que rejeite estereótipos criados por outros. Esse processo discursivo também pode ser visto como uma estratégia de resistência contra uma identidade previamente cristalizada pela sociedade.

Esse protesto questiona o funcionamento da sociedade, o poder dos discursos dominantes e expõe o funcionamento dos processos de exclusão e subjugação aplicados àqueles que estão à margem da sociedade.

Por conseguinte, a escrita autobiográfica feminina instaura-se como parte de um todo maior que revela as questões de raça, gênero, classe e exclusão que permeiam a vida das mulheres afro-americanas.

Ousamos afirmar que, cada uma dessas autobiografias femininas, funciona como partes de um “quebra-cabeça” que, ao unirem-se, mostram a figura maior que é a experiência negra na América do Norte escrita da perspectiva das mulheres negras que examinam, pelas suas vidas, questões complexas da sociedade e, concomitantemente, passam a refletir em um espelho de ébano seus próprios contornos, isto é, sua identidade (re)criada. As escritoras negras, nas suas autobiografias, “valorizam, acima de tudo, a diferença. Em certos momentos, esta desponta poeticamente mediante um otimismo construtivo, que leva ao positivo, ao crescimento e à possibilidade de uma estruturação de uma sociedade mais justa” (SALGUEIRO, 2004, p. 65).

A palavra, “utilizada como ferramenta estética e de fruição, de autoconhecimento do mundo” (GOMES, 2004, p. 14) busca um diálogo contínuo com a cultura dominante para que aquelas histórias de opressão e marginalização não repitam o silenciamento a que as mulheres negras foram submetidas, alimentando-se do contexto num processo de inserção de histórias antes silenciadas nos espaços intersticiais, transpondo as invisíveis grades construídas pelo poder.

Portanto, essas vozes, que emergem do “espaço da intervenção [...] nos interstícios culturais [...] introduzem a invenção criativa dentro da existência. E, uma última vez, há um retorno à encenação da identidade como interação, a re-criação do eu no mundo” (BHABHA, 2005, p. 29).



## Notas

\* Cláudia Maria Fernandes Corrêa é doutoranda no Programa de Estudos Linguísticos e Literários em Inglês da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: claucorre@terra.com.br

<sup>1</sup> Líder do movimento pelos Direitos Civis, nascido em Atlanta e falecido em Memphis, Tennessee. Pastor da Igreja Batista, seus ideais e métodos baseavam-se no amor cristão e na ação não-violenta. Tornou-se famoso em 1955, ao liderar o movimento de protesto contra a segregação racial no ônibus, em Montgomery, Alabama [...] Nos anos de 1960 esteve à frente de várias importantes iniciativas, recebendo, por isso, em 1964, o Prêmio Nobel da Paz. Posicionando-se contra a Guerra do Vietnã e ligando as vultuosas somas despendidas com ela a um pernicioso controle da economia americana e ao crescimento da pobreza entre negros, índios e brancos dos Apalaches, King entrou em rota de colisão com o governo americano e a indústria bélica, além de desagradar a alguns setores do movimento pelos direitos civis, morrendo assassinado em 26 de agosto de 1968 (LOPES, 2004, p. 374).

<sup>2</sup> Henry David Thoreau (1817-1862) foi ensaísta, filósofo e naturalista integrante do movimento Transcendentalista e autor da obra “A desobediência civil” escrita em 1848. A obra influenciou profundamente outros ativistas, Martin Luther King Jr. foi um deles.

<sup>3</sup> O grupo “Panteras Negras” defendia o armamento da população negra, reivindicava o ressarcimento aos negros pelos anos de escravidão e pregava a “política do orgulho negro” como forma de resistência à violência branca.

<sup>4</sup> Malcolm X (1925-1965) Cognome de Malcolm Little, político americano, nascido em Omaha, Nebraska, e falecido em Nova York. Filho de um ministro batista militante da UNIA, torturado e assassinado pela Ku Klux Klan, passou de rufião, assaltante e traficante de drogas a líder político dos Black Muslims, pregadores da luta armada. Nos anos de 1960, escrevendo seguidos artigos na imprensa e participando de inúmeros comícios e palestras, inclusive no exterior, defendia o nacionalismo negro, baseado no orgulho étnico dos afrodescendentes. Por seu próprio exemplo pessoal, tornava-se a prova de que era possível a um negro pobre e envolvido com o crime sair da marginalidade e assumir lugar de destaque na vida nacional. Em abril de 1964 fez sua *Hadji* (peregrinação) a Meca e impressionou-se com a união de todas as etnias promovida pelo credo islâmico. De volta aos EUA, incorporou o título El-Hadj (peregrino) ao seu nome muçulmano, Malik El-Shabazz; afastou-se da Nação do Islã, que advogava a separação entre negros e brancos, e criou a Organização da Unidade Afro-Americana, o que pode ter levado ao seu assassinato, ocorrido durante uma palestra. Um dos personagens mais polêmicos da história recente dos EUA, sua autobiografia, escrita com a colaboração de Alex Haley, foi publicada no Brasil em 1964 (LOPES, 2004, p. 410).

<sup>5</sup> ANGELOU, Maya. **Eu sei por que o pássaro canta na gaiola**. São Paulo: José Olympio, 1996. Está é a única edição em língua portuguesa da obra em questão.

## Referências

AWKWARD, Michael. **Inspiriting influences: tradition, revision, and afro-american women’s novels**. New York: Columbia University Press, 1989.

BHABHA, Homi K. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005

CHRISTIAN, Barbara. The highs and the lows of black feminist criticism. In: GATES, Henry Louis. **Reading black, reading feminist: a critical anthology**. New York: Meridian, Penguin Books, 1990, p. 44-51.

CUDJOE, Selwyn. The autobiographical statement updated. In: GATES, Henry Louis. **Reading black, reading feminist: a critical anthology**. New York: Meridian, 1990, p. 272-306.

GOMES, Heloisa Toller. Visíveis e invisíveis grades: vozes de mulheres na escrita afro-descendente contemporânea. **Caderno Espaço Feminino**, v. 12, n. 15, ago./dez. 2004, p. 13-26.

GENOVESE, Elizabeth Fox. My statue, my self. In: GATES, Henry Louis. **Reading black, reading feminist: a critical anthology**. New York: Meridian, Penguin Books, 1990, p. 176-203.

LIONNET, Françoise. Of mangoes and maroons: language, history, and the multicultural subject of Michelle Cliff's *Abeng*. In: SMITH, Sidonie; WATSON, Julia. **De/colonizing the subject: the politics of gender in women's autobiography**. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1992, p. 321-345.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

PRATT, Mary Louise. **Imperial eyes: travel writing and transculturation**. London & New York: Routledge, 1992.

PURDY, Sean. O século americano. In: KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2008.

SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. **Escritoras negras contemporâneas: estudos de narrativas Estados Unidos e Brasil**. Rio de Janeiro: Caetés, 2004.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000, p. 73-98.

Recebido em: junho de 2012.

Aprovado em: setembro de 2012.